

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.804 - SP (2019/0352994-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : CARLOS HENRIQUE BISSOLI DE ALMEIDA
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE BISSOLI DE ALMEIDA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - SP414349
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IVAN GONCALVES CARNEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REVOGAÇÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL PELO DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS. DEFESA ALEGA QUE O PRAZO DO BENEFÍCIO EXPIROU SEM REVOGAÇÃO. CONTROVÉRSIA NÃO SUBMETIDA AO JUÍZO DA EXECUÇÃO. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

Writ liminarmente indeferido.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Ivan Gonçalves Carneiro** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no HC n. 2253903-68.2019.8.26.0000, assim ementado (fl. 65):

HABEAS CORPUS - Execução criminal - Livramento condicional - Extinção da pena relativa a execução na qual o paciente cumpria livramento condicional - Reconhecimento - Impossibilidade - Matéria afeta ao processo de execução Inadequação da via eleita - REMÉDIO HERÓICO INDEFERIDO LIMINARMENTE.

Narra a impetração que o Juízo da Vara de Execuções Criminais de Presidente Prudente/SP revogou o livramento condicional do paciente, após o encerramento do período de prova (5/10/2019), retornando-o ao regime fixado, além da perda de 1/3 dos dias remidos, em razão da superveniência de nova condenação, à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática de novo crime.

Indeferido liminarmente o *mandamus*, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da revogação da liberdade condicional, sustentando que *uma vez cumpridas as condições e expirado o prazo do livramento condicional sem revogação e, sobretudo, sem suspensão determinada ainda no período de prova, a pena privativa de liberdade é*

Superior Tribunal de Justiça

automaticamente extinta com o término do livramento condicional (fl. 11).

É o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça não tem mais admitido a utilização do *habeas corpus* como sucedâneo do meio processual adequado, salvo em situações excepcionais de flagrante ilegalidade, o que não se verifica na presente hipótese.

Ao que se observa, o Tribunal de Justiça bandeirante não apreciou quaisquer das controvérsias postas na impetração, limitando-se a afirmar que as alegações deveriam ser decididas no âmbito do processo de execução penal do paciente, não podendo o impetrante se valer do *writ of habeas corpus*.

Verifica-se, ainda, da decisão de fls. 34/35, que o Juízo de origem revogou o benefício do livramento condicional pelo **descumprimento das condições impostas**, não abordando a questão elencada na impetração.

Dessa forma, tenho que a ausência de manifestação sobre as controvérsias jurídicas apontadas na impetração pelo Tribunal de origem obsta a análise pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de **indevida supressão de instância**.

Nesse sentido: RHC n. 107.672/RJ, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 30/5/2019.

Por conseguinte, caberia ao impetrante dirigir a sua pretensão inicialmente ao **Juízo da execução**, cuja decisão, caso indeferida, daria ensejo à interposição de agravo em execução. E, após a apreciação da controvérsia pelo Tribunal de origem, seria possível submeter-se a matéria ao Superior Tribunal de Justiça, mediante recurso próprio.

Ante o exposto, **indefiro** liminarmente o *writ*.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator